

O MUNICÍPIO DE TRÊS PASSOS, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, com sede à Av. Santos Dumont, 75 - Centro, nesta cidade, por seu Prefeito Municipal, TORNA PÚBLICO para conhecimento dos interessados que fará realizar LICITAÇÃO, com base no processo administrativo nº 371/2023, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, mediante Pregoeiro e Equipe de Apoio designados pela portaria nº 1768/2021, tendo por local a sala de licitações junto a esta Prefeitura, regido pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Leis Complementares nº 123/06, 127/07, 147/14, subsidiariamente a Lei 8.666/93, e suas alterações e demais legislações aplicáveis, nas condições fixadas neste Edital e seus anexos.

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI), NOS TERMOS DO ART. 3° E ART. 18 E DA LEI COMPLEMENTAR 126/06 E LEI COMPLEMENTAR 147/14 (comprovação nos termos do item 7.4.2 deste Edital). Exceto item 01.

1. **OBJETO**:

A presente LICITAÇÃO tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS, para eventual e futura contratação de empresa especializada na prestação de serviço de dedetização e limpeza de caixas d'água, com fornecimento de material e mão de obra, para SMS e demais secretarias municipais. Período de 12 (doze) meses, contados da homologação da Ata de Registro de Preços, conforme especificações constantes do Termo de Referência, deste Edital (ANEXO I).

2. LOCAL, DATA E HORÁRIO PARA RECEBIMENTO DOS ENVELOPES, CREDENCIAMENTO E REALIZAÇÃO DO PREGÃO.

- **2.1.** LOCAL: Sala de Licitações, sito à Av. Santos Dumont, 75, junto à Prefeitura Municipal, diretamente com o Pregoeiro Designado (Magali F. M. dos Santos).
- **2.2.** DATA: Os Envelopes deverão ser entregues (*inclui-se os via postal*) para o(a) Pregoeiro(a) impreterivelmente até às **14h do dia 10 de fevereiro de 2023**, horário em que se encerra o credenciamento.
- 2.3. ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h01min do dia 10 de fevereiro de 2023.

3. DESCRITIVO DA LICITAÇÃO

- 3.1. MODALIDADE: Pregão Presencial.
- **3.2.** REGIME DE EXECUÇÃO: Aquisição pelo Menor Preço por Item/Valor Unitário.
- 3.3. TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço, nas propostas classificadas pela Pregoeira.
- **3.4.** PRAZO E LOCAL DE ENTREGA: A prestação do serviço deverá ocorrer no prazo de até 20 (vinte) dias a contar do recebimento da autorização de fornecimento/empenho. O serviço deverá ocorrer nos locais indicados no empenho/Autorização de fornecimento, sem ônus para o Município.
- **3.5.** RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS: As despesas decorrentes da aquisição do objeto deste Edital correrão às expensas das seguintes Dotações Orçamentárias ou do elemento das secretarias que necessitarem dos itens:

3.3.90.39 Outros serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica



- 3.6. PAGAMENTO: O <u>pagamento</u> será efetuado em até o 15 após a entrega total do objeto, mediante atestado de recebimento e conferência do fiscal de contrato, além de emissão de documento fiscal.
- **3.6.1** A empresa, para fazer jus ao reequilíbrio financeiro, que trata a Lei 8.666/93, deverá anexar planilha de composição custos e preços, devidamente assinada por profissional da contabilidade habilitado. Em caso de licitações com alteração de valores em razão de lances (Pregão ou ME, EPP) a planilha deverá ser ajustada e juntada ao processo no prazo máximo de cinco dias úteis após a conclusão do certame, sob pena de não ser deferido pedido de reequilíbrio.

3.7 DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS:

- **3.7.1** Considerado o prazo de validade de doze meses da Ata de Registro de Preços e, em atendimento as legislações pertinentes, é vedado qualquer reajustamento de preços, até que seja completado o período de doze meses contados a partir da data de recebimento das propostas indicadas no preâmbulo do Edital do **Pregão Presencial nº 19/23**, o qual integra a presente Ata de Registro de Preços, observadas as disposições constantes do Decreto Municipal nº 19/2013, alterado pelo Decreto nº 98/2014.
- **3.7.2** Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie ou de alteração dos preços, comprovadamente, praticados no mercado, com a finalidade de manter o equilíbrio econômico e financeiro da avença, nos termos do art. 65, inciso II, alínea "d".
- **3.7.3** Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados.
- **3.7.4** Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento e documentação comprobatória não puder cumprir o compromisso, o Município poderá:
- a) liberar o fornecedor;
- b) convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação;
- **3.7.5** O requerimento de que trata o item 3.7.2 deste Edital deverá comprovar a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações contraídas pela detentora dos preços registrados.
- **3.7.5.1** A comprovação será feita por meio de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de materias-primas, de transporte de mercadorias alusivas à época da proposta e do momento do pedido de revisão dos preços.
- **3.7.5.2** Junto com o requerimento, a detentora dos preços registrados deverá apresentar planilhas de custos comparativas entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão dos preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor registrado.
- **3.8** O Município, reconhecendo o desequilíbrio econômico-financeiro, procederá a revisão dos preços.
- **3.8.1** As alterações decorrentes da revisão dos preços serão publicadas no site do Município e no jornal oficial do Município.

3.8.2 É vedado à Detentora dos Preços Registrados interromper o fornecimento enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas neste edital.

4. DOS ANEXOS

- 4.1. Anexo I. Termo de Referência Descrição/Especificação e Condições Gerais;
- **4.2.** Anexo II. Modelo de Procuração para Credenciamento;
- **4.3.** Anexo III. Modelo de Declaração de Sujeição às Condições estabelecidas no Edital e de Inexistência de Fatos Supervenientes Impeditivos da Habilitação;
- 4.4. Anexo IV. Modelo de Declaração de não existência de trabalhadores menores;
- **4.5.** Anexo V. Modelo de Declaração de que a proponente cumpre os requisitos de habilitação;
- 4.6. Anexo VI. Modelo de Declaração de Microempresa ou empresa de Pequeno Porte;
- **4.7.** Anexo VII. Minuta da Ata de Registro de Preços.

5. DO FORNECIMENTO DO EDITAL

- **5.1.** O Edital poderá ser consultado por qualquer interessado junto ao Pregoeiro (Magali F. M. dos Santos), na Divisão de Compras, sito à Av. Santos Dumont, 75 Centro Três Passos/RS, em dias úteis das 8h às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, até a data aprazada para recebimento dos documentos e dos envelopes propostas.
- **5.2.** O Edital também está disponível para download no endereço <u>www.trespassos-rs.com.br</u> no ícone licitações/2023.
- **5.3.** Na hipótese de ocorrer feriado ou fato impeditivo, os quais impeçam a realização da sessão pública, fica a mesma adiada para o primeiro dia útil imediato, no mesmo local e hora, ou em outro a ser definido. Alterações serão divulgadas no site acima com antecedência de 24 horas, conforme lei.

6. <u>DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO</u>

- **6.1**. Poderão participar do presente certame todos os interessados do **ramo pertinente ao objeto** que preencham as condições exigidas neste Edital.
- **6.2**. É <u>vedada</u> a participação direta ou indireta nesta licitação de:
 - a) Pessoa física;
 - b) Empresa em regime de sub-contratação, ou ainda, em consórcio;
 - c) Empresa que possua restrições quanto à capacidade técnica ou operativa, personalidade e capacidade jurídica, idoneidade financeira e regularidade fiscal;
 - d) Empresa que estiver sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação;
 - e) Empresa que esteja, por qualquer motivo, punida com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial;
 - f) Empresa que tenha sido declarada inidônea para contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo Órgão que o praticou, e;
 - g) Empresa com os impedimentos previstos no artigo 9º da Lei 8.666/93.

7. <u>DO CREDENCIAMENTO</u>



- **7.1.** Aberta a sessão pública com a fase do CREDENCIAMENTO dos eventuais participantes do PREGÃO, até o horário previsto no Item 2., deste Edital, o representante da proponente entregará ao PREGOEIRO documento que o credencie para participar do aludido procedimento, respondendo por sua autenticidade e legitimidade, devendo, ainda, identificar-se e exibir a carteira de **identidade** ou outro documento equivalente com fotografía.
- 7.2. O credenciamento far-se-á por meio de **documento público de procuração ou instrumento particular**, com poderes específicos para, além de representar a proponente em todas as etapas/fases do PREGÃO, formular verbalmente lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, negociar a redução de preço, desistir ou manifestar-se imediata e motivadamente, sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo PREGOEIRO, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.
 - **7.2.1.** Na hipótese de apresentação de procuração por instrumento particular, a mesma deverá vir acompanhada do ato constitutivo da proponente ou outro documento, onde esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário.
- **7.3.** Se o representante da proponente ostentar a condição de sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, ao invés de instrumento público de procuração ou instrumento particular, deverá apresentar **cópia do respectivo estatuto/contrato social** ou documento equivalente, no qual estejam expressos seus poderes, para exercer direitos e assumir obrigações, em decorrência de tal investidura. Será admitido somente um representante por proponente. A ausência da documentação referida neste item ou a apresentação em desconformidade com as exigências previstas,impossibilitará a participação da proponente neste PREGÃO exclusivamente no tocante à formulação de lances e demais atos, inclusive recurso.
- **7.4.** Ainda e exclusivamente nesta etapa/fase serão entregues, e *fora dos envelopes*:
 - **7.4.1.** a <u>Declaração de que a Proponente cumpre os Requisitos de Habilitação</u>, nos termos do artigo 4°, inciso VII, da Lei nº 10.520, de 17/07/2002.
 - **7.4.2.** A Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, firmada pelo contador da empresa, modelo em anexo ou declaração de enquadramento emitida pela Junta Comercial neste exercício.
 - 7.4.3. os Envelopes Proposta de Preços e Documentos de Habilitação.
- **7.5.** A ausência de quaisquer documentos referidos nos itens 7.1, 7.2, 7.3 e 7.4, ou a apresentação em desconformidade com a exigência prevista inviabilizará a participação da proponente na fase de lances deste PREGÃO. A <u>falta do item 7.4.1 impossibilitará</u>, o <u>recebimento dos ENVELOPES</u> PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

8. <u>FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DAS PROPOSTAS DE</u> PRECOS

8.1. DOS ENVELOPES:

8.1.1. A Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação das proponentes deverão estar acondicionadas em envelopes distintos, lacrados, não transparentes e respectivamente



sobrescritos com os dizeres abaixo indicados, com as seguintes especificações e endereçamento:

AO MUNICÍPIO DE TRÊS PASSOS/RS

A/C PREGOEIRO (Magali F. Machado dos Santos)

AV. SANTOS DUMONT, 75

PREGÃO PRESENCIAL Nº...(CONSTANTE NO CABEÇALHO DO EDITAL)

ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA DE PREÇOS

PROPONENTE (NOME COMPLETO DA EMPRESA)

E-mail:

Telefone:

AO MUNICÍPIO DE TRÊS PASSOS/RS
A/C PREGOEIRO (Magali F. Machado dos Santos)
AV. SANTOS DUMONT, 75
PREGÃO PRESENCIAL Nº...(CONSTANTE NO CABEÇALHO DO EDITAL)
ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
PROPONENTE (NOME COMPLETO DA EMPRESA)
ENDEREÇO DA EMPRESA

8.1.2. O Envelope nº 01 deverá conter a Proposta de Preços da proponente para a contratação licitada, atendendo aos requisitos previstos no **Item 9** deste Edital.

8.1.3 O Envelope nº 02 deverá conter os documentos de habilitação da proponente, relacionados no **Item 11** deste Edital.

9. DA <u>PROPOSTA DE PREÇOS</u>

9.1. A proposta de preços, cuja validade é definida pela Administração em <u>60 dias</u>, deverá ser preenchida em língua portuguesa e estar datilografada ou digitada com clareza, em 1(uma) via, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas, em papel timbrado da licitante, ou com carimbo, ou ainda impressa por processo eletrônico com indicação do número do pregão, contendo a razão social, inscrição, CNPJ e endereço completo da proponente e estar devidamente assinada pelo representante legal da empresa.

9.2. Na proposta de preços deverão constar:

- **a)** Na proposta deverá obrigatoriamente constar a Razão Social da LICITANTE, nº do CNPJ/MF, endereço completo, telefone, nº da conta corrente vinculada ao CNPJ, agência e respectivo banco para depósito, bem como endereço eletrônico (*e-mail*);
- b) os preços totais;

9.2.1 sob pena de desclassificação:

- b) Descrição dos serviços ofertado;
- c) Os preços unitários, cotados em moeda corrente nacional com apenas duas casas decimais (02, dois dígitos após a vírgula), incluindo qualquer custo referente à entrega, instalação, teste, impostos e outros.
- 9.3. Não serão consideradas propostas com oferta de vantagem não prevista neste edital.
- **9.4.** Na formulação da proposta, a licitante deverá computar todos os custos relacionados com o fornecimento e a entrega ficando vedada qualquer alegação posterior que vise ressarcimento de custos não considerados nos preços cotados.

10. DA ABERTURA DOS ENVELOPES PROPOSTAS E DO JULGAMENTO



- **10.1.** Concluída a fase de Aceitação de Propostas, o Pregoeiro comandará o início da Abertura das Propostas, selecionando as licitantes aptas a participar da licitação na modalidade PREGÃO, divulgando no ato a lista das licitantes e das propostas ofertadas, classificando-as segundo a ordem crescente dos valores ofertados, indicando desde logo as proponentes autorizadas a participar da fase competitiva da licitação.
- **10.2.** Como forma de verificação das proponentes autorizadas a participar da fase competitiva da licitação, levará em consideração a autora da oferta de valor mais baixo e as das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela, as quais poderão fazer novos lances, verbais e sucessivos, na forma dos itens subsequentes, até a proclamação da vencedora.
- **10.3.** As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (EPP) terão tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, artigos 42 a 49;
- **10.4.** Não havendo, pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão as autoras das melhores propostas, até o máximo de 3 (três), oferecer novos lances, verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos em suas propostas escritas.
 - **10.4.1.** Caso duas ou mais propostas iniciais apresentarem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.
 - **10.4.2.** A **desistência de apresentar lance** implicará na automática exclusão da licitante da etapa e na manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeitos de ordenação das propostas.
 - **10.5**. Depois de exaurida a fase de lances, serão analisadas as propostas, visando selecionar aquela que se apresente mais vantajosa para a Administração, **segundo o critério menor preço por item**, respeitando-se o valor orçado.
 - **10.5.1**. Os lances ofertados pelos participantes deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes.
 - 10.5.2. Caso não se realize lance, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o <u>valor estipulado</u> para a contratação, podendo ou não estar indicado no edital, devendo, contudo, estar indicado no Termo de Referência.
- **10.6**. Nas situações previstas nos subitens <u>10.4.2</u>. e <u>10.5.2</u>, deste Edital, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido melhor preço.
 - **10.6.1**. Em caso de resultado positivo na negociação, os novos valores ajustados serão consignados na ata da sessão e passarão a compor a proposta.
- **10.7.** Somente será (ão) aceito (s) LANCE(s) VERBAL(IS) que seja(m) inferior(es) ao valor da menor PROPOSTA ESCRITA e ou do último menor LANCE VERBAL oferecido.
- **10.8.** Esgotada a fase competitiva de lances, serão classificadas e ordenadas as propostas, de forma crescente dos preços ofertados, indicando-se desde logo, a proposta de menor valor, dando-se por encerrada a fase de julgamento das propostas, procedendo-se a imediata suspensão do pregão, visando a análise da aceitabilidade das melhores propostas.
 - **10.8.1.** A análise da aceitabilidade das propostas, a começar pela de menor valor de **CADA ITEM**, compreenderá o exame do seu atendimento às condições gerais e específicas exigidas neste Edital e em seus Anexos.
 - **10.8.2.** Nas propostas de preços será ainda observada a apresentação das declarações eventualmente exigidas por este Edital.

- **10.9.** Serão consideradas desclassificadas as Propostas que não contiverem todos os dados e elementos exigidos, ou não atenderem aos requisitos mínimos das especificações do objeto licitado, ou ofertarem preços manifestamente inexeqüíveis, ou incompatíveis com os valores de mercado.
 - **10.9.1.** Se a proposta ordenada como a de primeiro melhor preço for desclassificada, frente ao desatendimento às especificações técnicas mínimas exigidas neste edital e seus anexos, o Pregoeiro procederá à análise da proposta colocada em segundo lugar, e assim sucessivamente, respeitada a ordem de classificação, até que um atenda às exigências.
- **10.10.** Uma vez encerrada a etapa competitiva não cabe a desistência ou pedido de retificação de preços ou quaisquer outras condições oferecidas.
- **10.11.** Será declarado vencedor do item a proponente que ofertar o menor preço pelo respectivo objeto licitado, levando-se em conta a satisfação das especificações de cada item previsto no Edital. A classificação se fará **por item**, pela ordem decrescente dos preços propostos e serão corrigidos automaticamente pelo Pregoeiro quaisquer erros de cálculo verificados nas propostas;
- 10.12. Para efeito deste Edital e a critério do Pregoeiro serão desclassificadas as propostas que:
 - a) não atendam às exigências de qualquer item deste Edital;
 - **b)** sejam omissas, vagas ou apresentem irregularidades, defeitos, borrões, entrelinhas ou dúbia interpretação, que dificultem o seu julgamento;
 - c) ofereçam preços excessivos ou manifestadamente inexeqüíveis;
 - d) forem entregues fora do prazo previsto neste Edital.
- **10.13.** Havendo propostas ou lances, conforme o caso, de <u>microempresa ou empresa de pequeno porte</u>, com intervalo de até <u>5%</u> (cinco por cento) superiores à licitante melhor classificada no certame, serão essas consideradas **empatadas**, com direito de preferência pela ordem de classificação, nos termos do art. 44, da lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para, querendo, oferecer proposta de desempate.
 - **10.13.1.** O exercício do direito de preferência somente será aplicado quando a melhor oferta da fase de lances não tiver sido apresentada pela própria microempresa ou empresa de pequeno porte.
 - **10.13.2.** Não sendo exercido o direito de preferência com apresentação de proposta/lance inferior pela microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme o caso, no prazo de 05 (cinco) minutos, após o encerramento de lances a contar da convocação do pregoeiro, ocorrerá à preclusão e a contratação da proposta originalmente mais bem classificada, ou revogação do certame.

11. <u>DA HABILITAÇÃO E DOS PROCEDIMENTOS</u> 11.1. DOCUMENTAÇÃO REFERENTES À HABILITAÇÃO

Serão consideradas em condições de participação as empresas que, tendo **ramo** de atividade pertinente ao objeto licitado que atenderem aos requisitos do presente Edital e apresentarem no respectivo envelope Nº 2 os seguintes DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

a) Cópia autenticada do ato constitutivo da empresa (contrato social, registro comercial, decreto ou ata) para comprovar o ramo de atividade; Fica dispensada

nova apresentação deste documento se o mesmo foi apresentado no ato de credenciamento.

- **b)** Declaração de Sujeição às Condições estabelecidas no Edital e de Inexistência de Fatos Supervenientes Impeditivos da Habilitação, (modelo constante do **Anexo III**, deste Edital);
- c) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, (CNPJ) do Ministério da Fazenda;
- d) Prova de regularidade para com as Fazendas: **Federal** e quanto à Dívida Ativa da União (abrangendo a de regularidade social, nos termos da Portaria Conjunta PGFN/RFB 1.791/14), **Estadual** e **Municipal**, sendo esta última da sede do licitante, dentro do prazo de validade ou equivalente, na forma da lei;
- e) Prova de regularidade relativa ao FGTS;
- f) Declaração de Não Existência de Trabalhadores Menores, (constante do Anexo IV, deste Edital).
- g) CNDT Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- **h)** Certidão Negativa de falência ou recuperação judicial, concordata ou execução patrimonial expedida pelo distribuidor da sede da LICITANTE com data de expedição inferior a 6 (seis) meses.
- i) Comprovante de que a empresa possui em seu quadro permanente, responsável técnico devidamente habilitado, conforme Resolução RDC nº 18/2000 da ANVISA (4.2.1 São habilitados os seguintes profissionais: biólogo, engenheiro agrônomo, engenheiro florestal, engenheiro químico, farmacêutico, médico-veterinário e químico). A prova poderá ser feita mediante apresentação da CTPS ou sendo sócio da empresa por meio da apresentação do contrato social ou da apresentação de contrato de prestação de serviços firmado entre as partes, conforme legislação civil e o registro do profissional no órgão competente.
 - i) Licença ambiental fornecida pelo órgão competente do Estado sede ou do Município;
 - 1) Alvará sanitário atualizado.
 - 11.1.2 A apresentação do CRC expedido pelo Município de Três Passos, válido, supre a apresentação do documento da alínea "a" do item 11.1. Havendo alterações no ato constitutivo da empresa, posteriores a emissão do CRC, as mesmas deverão ser apresentadas, devidamente autenticadas.
 - 11.1.3. Os documentos necessários à habilitação do proponente poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório Competente, ou por funcionário da Administração, até a data aprazada para recebimento das propostas. Poderão ser autenticados documentos inclusive na sessão, pela Comissão de Licitações, desde que o representante porte consigo os originais.
 - **11.1.4.** Os documentos expedidos via internet e, inclusive, aqueles outros apresentados, terão, sempre que necessário, suas autenticidades/validades comprovadas por parte do Pregoeiro e Equipe de Apoio.
 - **11.1.5.** O PREGOEIRO não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação. Ocorrendo a indisponibilidade referida e não tendo sido apresentados os documentos preconizados, inclusive quanto à forma exigida, a proponente poderá ser inabilitada.

11.1.6. Se o licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz. Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante de licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda a documentação de ambos os estabelecimentos na forma e condições previstas neste item.

12. DOS PROCEDIMENTOS

- 12.1. Se o licitante desatender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.
- **12.2.** Após a análise da documentação, os Membros da Equipe de Apoio e o Pregoeiro rubricarão todas as folhas e demais documentos que integram o dossiê apresentado.
- **12.3.** A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.
- **12.4.** O Pregoeiro poderá indeferir o pedido de prazo para apresentação do recurso se os fundamentos forem claramente inconsistentes e/ou meramente protelatórios.

13. DA ANÁLISE DA QUALIFICAÇÃO DAS LICITANTES

- **13.1.** Verificada a conformidade das propostas com os requisitos do Edital, o Pregoeiro procederá à abertura do envelope contendo a documentação de habilitação do autor da proposta classificada em primeiro lugar, para confirmação de suas condições habilitatórias, com base nas exigências estabelecidas anteriormente.
- 13.2. Para efeito de saneamento, a correção da (s) falha (s) *formal* (is), poderá ser desencadeada durante a realização da própria sessão pública, com a apresentação, encaminhamento e ou substituição de documento (s), ou com a verificação desenvolvida por meio eletrônico, fac-símile, ou, ainda, por qualquer outro método que venha a produzir o (s) efeito (s) indispensável (s). A Pregoeiro poderá promover quaisquer diligencias necessárias à analise das propostas, da documentação, e declarações apresentadas, devendo os licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação.
- **13.3.** Aberto o invólucro documentação em havendo restrição quanto à regularidade fiscal, fica concedido um prazo de 05 (cinco) dias úteis à *microempresa ou empresa de pequeno porte*, para sua regularização, prorrogável por igual período, mediante justificativa tempestiva e aceita pelo PREGOEIRO. A falta do documento inabilitará a proponente.
- **13.4.** A não regularização fiscal no prazo estabelecido no subitem 13.3, implicará decadência do direito à contratação, com aplicação das Sanções previstas neste edital, sendo facultado à administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociar, nos termos do disposto no artigo 4°, inciso XXIII, da lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.
- **13.5.** Caberá ao Pregoeiro <u>inabilitar</u>, sumariamente, a licitante que não atender às exigências previstas, <u>omitir qualquer dos documentos solicitados</u> ou apresentá-los fora do prazo de validade.

13.6. Se o autor da melhor proposta não atender aos requisitos de habilitação, o pregoeiro fará imediata convocação da empresa autora da proposta classificada em segundo lugar para apresentar sua documentação de habilitação, e assim sucessivamente, até encontrar a proponente que atenda, integralmente, aos requisitos de habilitação exigidos no Edital e ou Aviso Específico.

14. DO RESULTADO DA LICITAÇÃO

- **14.1.** Depois de avaliadas a aceitabilidade das propostas e a qualificação da empresa titular da melhor oferta, constatando-se o atendimento dos requisitos, o Pregoeiro avisará às licitantes da decisão sobre a aceitação ou não das propostas e da habilitação, proclamando o resultado da licitação com a adjudicação do objeto ao ofertante da melhor proposta, mediante a inserção, na respectiva ata, das razões e fundamentos da decisão, dando aos participantes do certame a imediata intimação da decisão.
- **14.2.** Declarado o vencedor da licitação e não havendo interposição de recurso, o pregoeiro fará a adjudicação do objeto ao vencedor, com imediata emissão da confirmação, que discriminará e documentará as condições específicas para a contratação.

15. DOS RECURSOS

- **15.1.** *Antes* da data fixada para a abertura do pregão, quaisquer interessados poderão:
 - solicitar <u>esclarecimentos</u>: por e-mail (compras@trespassos-rs.com.br) ou por escrito mediante protocolo diretamente com o Pregoeiro, <u>até 03 (três) dias antes</u>;
 - formular <u>IMPUGNAÇÃO</u> contra cláusulas, condições ou descrições do objeto do Edital: obrigatoriamente entregue ao Pregoeiro, pessoalmente ou encaminhada via Correios/Sedex, ao Pregoeiro, devendo esta ser entregue ao destinatário <u>até 03 dias antes</u>;
 - <u>Obs.</u>: a descrição do objeto e o preço de referência são de exclusiva responsabilidade do órgão/Secretaria solicitante, que será, neste prazo, intimada a prestar esclarecimentos, caso necessário, para consubstanciar a decisão do pregoeiro.
 - **15.1.1.** Havendo deferimento do pedido objeto do recurso que resulte em **alterações substanciais** nas cláusulas deste edital ou na descrição do objeto, esta decisão será publicada 24h antes da realização do pregão no endereço <u>www.trespassos-rs.com.br</u> no ícone licitações/2023. Tal circunstância poderá inviabilizar a realização do certame, que será designado para outra data.
- **15.2.** Se o resultado da decisão não for aceito qualquer licitante na mesma sessão de proclamação do vencedor da licitação, deverá manifestar imediata intenção de <u>recorrer</u> do ato decisório, devendo o fato ser devidamente consignado em ata, sob pena de preclusão.
 - **15.2.1.** A manifestação, necessariamente, explicitará motivação consistente e esta será liminarmente avaliada pelo Pregoeiro, o qual decidirá pela sua aceitação ou não. **15.2.2.** Presentes os pressupostos da admissibilidade, o Pregoeiro dará novamente por *suspensa a sessão*, concedendo ao interessado, na própria sessão, o prazo de 3(três) dias corridos para a apresentação às <u>razões</u> recursais. Na mesma oportunidade serão também intimados os demais participantes para, querendo, apresentar impugnações ao recurso, também em 3(três) dias, contados do término do prazo recursal concedido ao recorrente, com disponibilização imediata de vista do processo licitatório.

- **15.2.3.** O recurso contra a decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.
- **15.3.** Os recursos deverão ser dirigidos à autoridade superior competente, por intermédio da que praticou o ato recorrido, e encaminhado à Secretaria de Administração, Divisão de Compras e Licitações, da Prefeitura Municipal de Três Passos sito à Avenida Santos Dumont, 75, Centro, nesta cidade, para que proceda a sua entrega ao Pregoeiro responsável pela licitação.
- **15.4.** Improvido o recurso e devidamente instruído com as razões da decisão, os autos serão remetidos à autoridade superior, que decidirá sobre a manutenção ou reforma desta decisão.
- **15.5.** A inocorrência de imediata manifestação da licitante quanto ao seu interesse de interpor recurso ou a sua apresentação sem quaisquer fundamentos, imotivado ou insubsistente, implicará na preclusão de seu direito de recorrer do ato decisório.
- **15.6.** Não serão aceitos recursos interpostos através de e-mail ou Fax-símile, nem aqueles apresentados fora do prazo ou por quem não estiver legalmente habilitado para representar a empresa licitante.
- **15.7.** O acolhimento do recurso pela autoridade que prolatou a decisão importará na invalidação apenas dos atos não suscetíveis de aproveitamento.

16. DA HOMOLOGAÇÃO

- **16.1.** Resolvido os recursos eventualmente formulados, ou na inexistência de recurso, o Pregoeiro, fará a *adjudicação* dos itens objetos da licitação à LICITANTE declarada vencedora, com posterior encaminhamento dos autos ao Prefeito de Três Passos, para *homologação* e decisão quanto à contratação, podendo, motivadamente, revogar a licitação por interesse público, ou anulá-la, se constatada irregularidade, inobservância aos termos do Edital ou ilegalidade no procedimento, sem que caiba desta decisão qualquer recurso por parte dos interessados ou de seus representantes legais.
- **16.2.** A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo pregoeiro, ou, quando houver recurso pela própria autoridade competente, que decidirá quanto à contratação.
- **16.3.** Após a homologação da licitação, o registro de preços, observará, entre outras as seguintes condições: a) será incluído, na respectiva Ata, o registro das LICITANTES que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do LICITANTE vencedor na sequência da classificação do certame; b) a ata será publicada no site do Município, no mesmo local de divulgação da licitação; c) a ordem de classificação das LICITANTES registrados na ata será respeitada nas contratações.

17. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

- 17.1 Homologado o resultado da licitação, os fornecedores classificados, serão convocados para assinarem o Registro de Preços mediante Ata de Registro de Preços, conforme modelo do ANEXO VII deste Edital, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis após a homologação do presente certame.
- **17.2** A ata terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições e prazos estipulados no Edital.



- **17.3** O Município publicará a Ata de Registro de Preços no site oficial do Município *www.trespassos-rs.com.br*.
- **17.4** A Ata de Registro de Preços terá validade de no máximo de 12 (doze) meses, contados da data de sua homologação.
- 17.5 A existência de preços registrados não assegura a LICITANTE o direito ao fornecimento do objeto, podendo a Administração, se assim entender, promover nova licitação específica para aquisição dos mesmos itens, sendo assegurado, entretanto, ao fornecedor com preço registrado o fornecimento em igualdade de condições.
- **17.6** A recusa injustificada de fornecedor classificado em assinar a ata dentro do prazo estabelecido, ensejará a aplicação das penalidades estabelecidas.

18. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:

- **18.1** Os serviços, após a assinatura e publicação da ata de registros de preços deverá ser fornecido no prazo de 20(vinte) dias a contar do recebimento da autorização de fornecimento/empenho, conforme a necessidade, pelo período de doze meses. A Nota Fiscal deverá ser fornecida junto com o objeto.
- **18.2** O recebimento do objeto deste certame não exclui a responsabilidade do LICITANTE contratado quanto aos vícios ocultos, ou seja, só manifestados quando da sua normal utilização pelo Município de Três Passos.
- **18.3** Por ocasião da entrega, caso seja detectado que os produtos não atendam as especificações do objeto licitado, poderá a Administração rejeitá-lo, integralmente ou em parte, obrigando-se a LICITANTE a providenciar a substituição do bem não aceito, no prazo máximo de 72(setenta e duas) horas.
- **18.4** Os itens a serem entregues deverão ser adequadamente acondicionados, de forma a permitir a completa preservação do mesmo e sua segurança durante o transporte.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- **19.1** Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantidas a prévia defesa e contraditório, a Administração poderá aplicar à CONTRATADA, as penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 com as alterações posteriores as seguintes sanções:
- a) Advertência por escrito, quando a CONTRATADA praticar pequenas irregularidades; sendo que a penalidade de advertência poderá ser cumulada com a penalidade de multa.
- **b)** multa de 10% (dez por cento) quando o atraso for superior ao prazo fixado para entrega, contados da data da solicitação de entrega, configurando-se após esse prazo a inexecução total do contrato/fornecimento, com exceção dos casos fortuitos ou força maior, devidamente comprovado;
- c) A multa a que se refere o item acima incide sobre o <u>valor total do contrato</u> (<u>autorização de fornecimento/empenho</u>) e será descontado de Faturas ou créditos existentes ou recolhida em até 5 (cinco) dias úteis na Tesouraria da Prefeitura Municipal, contados da ciência da empresa por carta registrada ou recebimento do *email*, sob pena de inscrição em dívida ativa;



- d) Nos casos em que a empresa entregar os itens faltantes em prazo superior ao estipulado no edital, após a tolerância de cinco dias, também incidirá multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação.
- e) as multas a que se referem os itens acima incidem sobre o valor total da contratação e poderão ser descontada de Faturas ou créditos existentes ou recolhida em até 5 (cinco) dias úteis na Tesouraria da Prefeitura Municipal, contados da ciência da empresa por carta registrada ou recebimento do *e-mail*, sob pena de inscrição em dívida ativa, depois de esgotados os recursos administrativos, respeitada a ampla defesa, caso o débito não seja quitado no prazo de sessenta dias;
- f) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos, caso haja inexecução parcial do contrato e pelo prazo de 5 (cinco) anos, se houver inexecução total;
- g) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- **h)** Pela inadequabilidade do(s) objeto(s) ou produto(s) entregue o fornecedor dos objetos sujeitar-se-á a multa de 10% (dez por cento) do valor dos objetos entregues inadequadamente.
- i) Pela inexecução total do contrato ou por infração de qualquer outra cláusula contratual não prevista nos subitens anteriores, será aplicada multa de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total contratado, comutável com as demais sanções, inclusive rescisão contratual se for o caso.
- j) Pela recusa do adjudicatário em retirar e/ou assinar o instrumento contratual, este ficará sujeito ao pagamento de multa no valor de 10% (dez por cento) do valor total da contratação a título de indenização, com exceção dos casos fortuitos ou de força maior.
- l) As penalidades previstas no item anterior não se aplicarão às LICITANTES remanescentes convocadas em virtude da não aceitação da primeira colocada, ressalvado o caso de inadimplemento contratual, após a contratação de qualquer das empresas.
- 19.2 As multas poderão ser reiteradas e aplicadas em dobro, sempre que se repetir o motivo de forma injustificada.
- 19.3 Na aplicação das penalidades previstas no Edital, o Município considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da LICITANTE ou CONTRATADA, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93, observados os Princípios da Razoabilidade e da Proporcionalidade, por decisão motivada e fundamentada em processo administrativo.
- **19.4** As penalidades serão registradas no cadastro da CONTRATADA, quando for o caso.

- 19.5 Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.
- **19.6** Para fins do cálculo do valor da multa, os valores serão atualizados, de acordo com o INPC/IBGE, ou índice oficial, que venha a substituí-lo.
- 19.7 Esgotados todos os recursos, depois de notificado a LICITANTE ou CONTRATADA para o pagamento da multa, fica esta ciente que incidirão sobre o débito juros legais e correção monetária pelo INPC/IBGE até a quitação definitiva, sendo que após o prazo de sessenta dias, o valor devido será inscrito como dívida ativa municipal.
- **19.8** No registro de preços entende-se por instrumento contratual os documentos previstos no art. 62, § 4°, conforme abaixo transcrito:
 - Art. 62. O instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação, e facultativo nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.
 - § 2º Em "carta contrato", "nota de empenho de despesa", "autorização de compra", "ordem de execução de serviço" ou outros instrumentos hábeis aplica-se, no que couber, o disposto no art. 55 desta Lei.
 - $\S~4^\circ$ É dispensável o "termo de contrato" e facultada a substituição prevista neste artigo, a critério da Administração e independentemente de seu valor, nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive assistência técnica.

20. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

- **20.1.** O Município realizará durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, pesquisas periódicas de preços, com a finalidade de obter os valores praticados no mercado para os itens objeto da presente LICITAÇÃO.
- **20.2.** Quando os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado (conforme pesquisa realizada), o órgão responsável deverá:
 - a) convocar o fornecedor, visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado;
 - b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
 - c) convocar os demais fornecedores, visando a igual oportunidade de negociação.
- **20.3.** A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
- **20.4.** Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso o órgão responsável poderá: a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; b) convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação;

20.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

21. DO CANCELAMENTO DOS PRECOS REGISTRADOS

- **21.1** O preço registrado poderá ser cancelado, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de cinco dias úteis, nos seguintes casos:
- I Pela Administração, quando:
- a) o fornecedor não cumprir as exigências do instrumento convocatório que der origem ao registro de preços;
- **b)** o fornecedor não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) o fornecedor sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei 8.666/93 ou no art. 7º da Lei 10.520/02.
- d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços;
- e) o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado e estes se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado;
- f) por razões de interesse público, devidamente fundamentadas;
- II Pelo fornecedor, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao registro de preços.
- § 1º O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, será formalizado por despacho do órgão responsável.
- § 2º A comunicação do cancelamento do preço registrado, será feita através de publicação no site do Município, no mesmo local onde houve a publicação do Edital, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.
- § 3º Da decisão que cancelar o preço registrado cabe recurso, no prazo de cinco dias úteis.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- **22.1.** A participação na presente LICITAÇÃO implica na expressa e automática concordância aos termos deste Edital e dos seus respectivos anexos, se houverem, não podendo alegar a LICITANTE, posteriormente, desconhecimento das regras constantes deste instrumento.
- **22.2.** O Órgão licitador poderá suspender ou mesmo cancelar, no todo ou em parte, os negócios já realizados, sem que desta decisão caiba qualquer recurso por parte dos interessados ou de seus representantes legais, se constatada qualquer falha, irregularidade ou inobservância aos termos deste Edital ou de seus Anexos, se for o caso.
- **22.3.** Ficam designados como fiscais pelo cumprimento/descumprimento das obrigações assumidas a Servidora Rosicler Seghetto e a Secretária Municipal de Saúde, Srª. Maria Helena Krummenauer e os demais secretários pelas suas aquisições.
- **22.4.** Quando do faturamento dos bens e serviços prestados, deverá ser observado o disposto na IN RFB nº 1234/12, a fim de viabilizar o cumprimento do Decreto Municipal nº 39/2022, disponível em www.trespassos.rs.gov.br, ícone legislação.



Procurador Jurídico Municipal

De Acordo

22.5. As questões resultantes deste Edital serão dirim	idas no foro da comarca de Três Passos -
Estado do Rio Grande do Sul, renunciando as partes a	qualquer outro, por mais privilegiado que
seja ou se torne.	
	Três Passos/RS, 24 de fevereiro de 2023

Arlei Luis Tomazoni

Prefeito



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM DEDETIZAÇÃO – CONTROLE DE PRAGAS E LIMPEZA DE CAIXAS DE ÁGUA SOLICITAÇÃO DE REGISTRO DE PRECOS

1 - OBJETIVO

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de dedetização – controle de pragas nos prédios públicos e limpeza de caixas d'água (reservatórios), com fornecimento de materiais e mão de obra. É de responsabilidade da empresa vencedora a realização de avaliação prévia da metragem e tamanho (litros) das caixas d'água, antes da execução dos trabalhos.

2 - JUSTIFICATIVA

A Secretaria Municipal de Saúde tem responsabilidade com a qualidade de vida dos servidores, bem como, dos usuários/pacientes que usufruem dos espaços públicos, Unidades de Saúde, Secretaria de Saúde. Assim sendo, encaminhamos solicitação de processo licitatório (registro de preços) com o objetivo de contatar empresa para proceder na limpeza e higienização das caixas de água e dedetização – controle de pragas dos espaços físicos (internos e externos).

3 – SERVIÇOS

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO
01	<u>Dedetização:</u> Consiste no combate a proliferação de		
	insetos voadores e rasteiros (formigas, baratas,	45.000m²	R\$ 2,31 (por m²
	aranhas) aplicando produto adequado para um		dedetizado)
	controle sistêmico e eficaz, com qualidade técnica.	Sendo: Unidades de	
	Aplicação interna e externa. Emissão de Certificação	Saúde;	Valor Total:
	Técnica, com validade de 01 (um) ano, individual (de	Secretaria de Saúde e demais	R\$ 103.950,00
	cada local), atestando o serviço prestado,	prédios públicos	
	descrevendo a composição dos produtos utilizados.		
02	Limpeza dos Reservatórios 10.000 litros: Consiste na		
	limpeza e higienização dos reservatórios de água,	15 unidades	R\$ 601,00 cada
	através de critérios técnicos, com aplicação de		
	produtos adequados para controle bacteriológico,		



	visando a potabilidade da água. Emissão de		Valor Total:
	Certificação Técnica, com validade de 01 (um) ano,		R\$ 9.015,00
	individual (de cada local), atestando o serviço		
	prestado, descrevendo a composição dos produtos		
	utilizados.		
03	Limpeza dos Reservatórios 2.000 litros: Consiste na		
	limpeza e higienização dos reservatórios de água,	15 unidades	R\$ 301,67 cada
	através de critérios técnicos, com aplicação de		Valor Total:
	produtos adequados para controle bacteriológico,		R\$ 4.525,05
	visando a potabilidade da água. Emissão de		113 4.323,03
	Certificação Técnica, com validade de 01 (um) ano,		
	individual (de cada local), atestando o serviço		
	prestado, descrevendo a composição dos produtos		
	utilizados.		
04	Limpeza dos Reservatórios 1.000 litros: Consiste na	20 11 1	
	limpeza e higienização dos reservatórios de água,	30 unidades	R\$ 253,34 cada
	através de critérios técnicos, com aplicação de		
	produtos adequados para controle bacteriológico,		Valor Total:
	visando a potabilidade da água. Emissão de		R\$ 7.600,20
	Certificação Técnica, com validade de 01 (um) ano,		11.000,20
	individual (de cada local), atestando o serviço		
	prestado, descrevendo a composição dos produtos		
	utilizados.		
05	Limpeza dos Reservatórios 500 litros: Consiste na	25	
	limpeza e higienização dos reservatórios de água,	25 unidades	R\$ 202,00 cada
	através de critérios técnicos, com aplicação de		
	produtos adequados para controle bacteriológico,		Valor Total:
	visando a potabilidade da água. Emissão de		R\$ 5.050,00
	Certificação Técnica, com validade de 01 (um) ano,		N, J.U5U,UU



	individual (de cada local), atestando o serviço prestado, descrevendo a composição dos produtos utilizados.		
06	Limpeza dos Reservatórios 350 litros: Consiste na limpeza e higienização dos reservatórios de água, através de critérios técnicos, com aplicação de produtos adequados para controle bacteriológico, visando a potabilidade da água. Emissão de Certificação Técnica, com validade de 01 (um) ano, individual (de cada local), atestando o serviço prestado, descrevendo a composição dos produtos utilizados.	10 unidades	R\$ 181,33 cada Valor Total: R\$ 1.813,30

Espaços físicos onde poderão ser desenvolvidos os serviços: ESF's, CIAC SUS, Posto da Floresta, CAPS, Posto de Saúde Prisional, Farmácia Básica, Farmácia do Estado, Sala de Vacina, Secretaria de Saúde, EMEFs, EMEIs, Centro Administrativo e demais Prédios públicos. Estes serviços deverão ser realizados preferencialmente em horários após as 16h, de segunda a sexta-feira.

4 – EXIGÊNCIAS MÍNIMAS

- **4.1** A empresa deverá se re responsabilizar por qualquer dano que os produtos possam causar aos servidores e/ou cidadão que devidamente for comprovado ser decorrente do produto usado;
- **4.2** A empresa deverá ter pessoal capacitado, uniformizado (EPI) com identificação da empresa;
- **4.3** Compete a empresa recolher todo e qualquer vasilhame (lixo) decorrente do serviço prestado;
- **4.4** A empresa deverá se responsabilizar por qualquer dano que possa causar ao patrimônio público, como quebra de telhado, tampa de caixa, entre outros;

Estado do Rio Grande do Sul **Município de Três Passos** Poder Executivo

LICITAÇÃO Nº 23/2023 PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2023

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

4.5 A empresa vencedora do certame deverá emitir Certificação Técnica, com validade de 01

(um) ano individual (de cada local), atestando o serviço prestado, descrevendo a composição

dos produtos utilizados;

4.6 A empresa vencedora do certame deverá apresentar documentação do **RESPONSÁVEL**

TÉCNICO, acompanhado da proposta de preços, devidamente cadastrado no órgão

competente, pois trata-se de aplicação de produtos químicos;

4.7 A empresa que optar em participar da licitação, deverá levar em consideração o

deslocamento da cidade (sede da empresa) até os locais de execução do serviço (urbanos e

rurais), logística;

4.8 A empresa que vencer o certame deverá realizar o serviço preferencialmente em horários

após as 16 horas, de segunda a sexta-feira;

4.9 É de responsabilidade da empresa vencedora do certame a realização de avaliação prévia

da metragem e tamanho (litros) das caixas d'água, antes da execução dos trabalhos.

5 – VIGÊNCIA CONTRATUAL

O Instrumento contratual terá vigência de 12 (doze) meses a contar de sua expedição.

6 – VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

O valor a ser pago para a(s) empresa(s) vencedora(s) do certame será o máximo unitário por

item constante na tabela de serviços. O pagamento mediante apresentação de nota fiscal que

deverá ser emitida em nome do Município de Três Passos, com descrição do serviço prestado,

bem como dados do processo licitatório e por empenho.

7 – FISCAL E RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO

A Fiscalização do contrato ficará a cargo da Secretária Municipal de Saúde, dos enfermeiros

responsáveis pelas Unidades de saúde e da servidora Rosicler Seghetto.

A Contratada responsabiliza-se pela prestação do serviço constante neste Termo de Referên-

cia, respondendo civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou

culpa sua, de seus empregados, prepostos, ou terceiros no exercício de suas atividades, vier a,

direta ou indiretamente, causar ou provocar à Contratante.

8 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Recurso específicos informados no momento da contratação.



Maria Helena G. Krummenauer

Secretária Municipal de Saúde

PLANILHA DO OBJETO:

Item	Descrição	Quantidade estimada	Valor máximo a ser pago	Valor total
1	Dedetização: Consiste no combate a proliferação de insetos voadores e rasteiros (formigas, baratas, aranhas) aplicando produto adequado para um controle sistêmico e eficaz, com qualidade técnica. Aplicação interna e externa. Emissão de Certificação Técnica, com validade de 01 (um) ano, individual (de cada local), atestando o serviço prestado, descrevendo a composição dos produtos utilizados.	45.000m² aproximadamente Sendo: Unidades de Saúde, Escolas, Creches e Secretarias (prédio administrativo) do Município	R\$2,31 (por m² dedetizado)	R\$ 103.950,00
2	Limpeza dos Reservatórios 10.000 litros: Consiste na limpeza e higienização dos reservatórios de água, através de critérios técnicos, com aplicação de produtos adequados para controle bacteriológico, visando a potabilidade da água. Emissão de Certificação Técnica, com validade de 01 (um) ano, individual (de cada local), atestando o serviço prestado, descrevendo a composição dos produtos utilizados.	Sendo: Unidades de Saúde, Escolas, Creches e Secretarias (prédio administrativo) do Município	R\$601,00 (cada caixa)	R\$ 9.015,00
3	Limpeza dos Reservatórios 2.000 litros: Consiste na limpeza e higienização dos reservatórios de água, através de critérios técnicos, com aplicação de produtos adequados para controle bacteriológico, visando a potabilidade da água. Emissão de Certificação Técnica, com validade de 01 (um) ano, individual (de cada local), atestando o serviço prestado, descrevendo a composição dos produtos utilizados.	Sendo: Unidades de Saúde, Escolas, Creches e Secretarias (prédio administrativo) do Município	R\$301,67 (cada caixa)	R\$ 4.525,05
4	Limpeza dos Reservatórios 1.000 litros: Consiste na limpeza e higienização dos reservatórios de água, através de critérios técnicos, com aplicação de produtos adequados para controle bacteriológico, visando a potabilidade da água. Emissão de Certificação Técnica, com validade de 01 (um) ano, individual (de cada local), atestando o serviço prestado, descrevendo a composição dos produtos utilizados.	30 Caixas Sendo: Unidades de Saúde, Escolas, Creches e Secretarias (prédio administrativo) do Município	R\$253,34 (cada caixa)	R\$ 7.600,20
5	Limpeza dos Reservatórios 500 litros: Consiste na limpeza e higienização dos reservatórios de água, através de critérios técnicos, com aplicação de produtos adequados para controle bacteriológico, visando a potabilidade da água. Emissão de Certificação Técnica, com validade de 01 (um) ano, individual (de cada local), atestando o serviço prestado, descrevendo a composição dos	25 caixas Sendo: Unidades de Saúde, Escolas, Creches e Secretarias (prédio administrativo) do Município	R\$202,00 (cada caixa)	R\$ 5.050,00



	produtos utilizados.			
6	Limpeza dos Reservatórios 350 litros: Consiste na limpeza e higienização dos reservatórios de água, através de critérios técnicos, com aplicação de produtos adequados para controle bacteriológico, visando a potabilidade da água. Emissão de Certificação Técnica, com validade de 01 (um) ano, individual (de cada local), atestando o serviço prestado, descrevendo a composição dos produtos utilizados.	Sendo: Unidades de Saúde, Escolas, Creches e Secretarias (prédio administrativo) do Município	R\$181,33 (cada caixa)	R\$ 1.813,30
	TOTAL:			R\$ 131.953,55

ANEXO II

MODELO DE PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

Prefeitura Municipal de Três Passos/RS A/C. Pregoeiro Oficial Por este instrumento particular de Procuração, a (Razão Social da Empresa), com sede (endereço completo da proponente), inscrita no CNPJ/MF sob nº...... e Inscrição Estadual sob nº....., representada neste ato por seu(s) sócios (qualificação(ões) do(s) outorgante(s) Sr(a)....., portador(a) da Cédula de Identidade RG nº "———, e CPF n°———, nomeia(m) e constitui(em) seu bastante procurador o (a) Sr(a), se referir ao presente PREGÃO PRESENCIAL nº 0./202_PMTP, com poderes para tomar qualquer decisão durante todas as fases do PREGÃO, inclusive apresentar DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, os envelopes PROPOSTA DE PREÇOS (Nº 01) e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (Nº 02) em nome da Outorgante, formular verbalmente lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lance (s), negociar a redução de preço, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar a ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo PREGOEIRO, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do Outorgante. A presente Procuração é válida até o dia Cidade, Estado, em ____ de ____ de 20__

Assinatura do Representante legal da Empresa Nome do representante por Extenso CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

Obs: deverá vir acompanhada do contrato social da proponente ou de outro documento, onde esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário, conforme edital.



ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUPERVENIÊNCIA

À:				
Prefeitura Municipal de Três Passos				
A/C. Pregoeiro Oficial				
Edital de Pregão Presencial nº/20				
Prezados Senhores,				
	, portador do RG	, abaixo ass	sinado, na qi	ualidade de
responsável legal da proponente,sujeita às condições estabelecidas no Edital de Preg	, CNPJ	, DECLAR	A expressam	ente que se
venha a ser tomada pelo licitador, quanto à qualificaçã no Edital, e que demonstrem integral capacidade de ex- de direito, a inexistência de fatos supervenientes importementos do Artigo 32, parágrafo 2°, e artigo 97 da Lei nº	ão apenas das proponentes o ecutar o fornecimento do be editivos da habilitação ou c	que tenham atendido às em previsto. DECLARA, a que comprometa a idoneio	condições es ainda, para to dade da prop	stabelecidas odos os fins
		Cidade, Estado, em	de	de 20
Assinatura do Representante legal da Empresa Nome do representante por Extenso CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA				
ANEXO IV				
MODELO DE DECLARAÇÃO	<u>DE NÃO EXISTÊNCIA DE</u>	TRABALHADORES MEI	<u>VORES</u>	
À: Prefeitura Municipal de Três Passos A/C. Pregoeiro Oficial Edital de Pregão Presencial nº/202				
Declaramos para os devidos fins e espe Proponente(razão na cidade deEstado	social), inscrito no CNPJ/N	MF sob nº		., com sede
(endereço completo), não mantém em seu quadro de trabalho, ou em serviços perigosos ou insalubres, a (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a parti	pessoal, trabalhadores men não mantendo ainda, em	ores de 18(dezoito) anos	em horário	noturno de
		Cidade, Estado, em	de	de 20
Assinatura do Representante legal da Empresa	-			
Nome do representante por Extenso				
CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA				



	ANEXO V
	MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO
À:	efeiture Municipal de Três Desces
A/0	rfeitura Municipal de Três Passos C. Pregoeiro Oficial
Ed	ital de Pregão Presencial nº/202
(indicação	la presente, declaro (amos) que, nos termos do art. 4°, VII, da lei nº 10.520/2002, a empresa
	Cidade, Estado, em de de 20
No	sinatura do Representante legal da Empresa me do representante por Extenso ARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA
	ANEXO VI
	ANEXO VI MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE
À:	MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE
Pre A/0	MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE efeitura Municipal de Três Passos C. Pregoeiro Oficial
Pre A/0	MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE efeitura Municipal de Três Passos
Pre A/0 Ed De empresa empresa o termos de	MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE efeitura Municipal de Três Passos C. Pregoeiro Oficial
Pre A/0 Ed De empresa empresa o termos de	MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE refeitura Municipal de Três Passos C. Pregoeiro Oficial ital de Pregão Presencial nº/202 claro, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que a
Pre A/0 Ed De empresa o termos do procedim	MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE refeitura Municipal de Três Passos C. Pregoeiro Oficial ital de Pregão Presencial nº/202 claro, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que a

ANEXO VII							
ATA DE REC	ATA DE REGISTRO DE PREÇOS						
No dia () do mês de de 20, no Município de Três Passos/RS., foram registrados os preços abaixo relacionados, para eventual e futura aquisição de							
Abaixo segue	os licitantes que part	iciparam da licita	ação e que tivera	n itens vence	edores:		
Código		Nome da en	npresa	it	tens		
acordo com o nº. 10.520/02, (Registro de P estabelecidas:	DETENTORAS DA resultado da licitaçã subsidiariamente pe reços) e, pelas con	lo decorrente do la Lei de Licitaç dições do edital,	processo e licita ões nº. 8.666/93, termos da propo	ção acima es , bem como j osta, median	specific pelo D	ados, regido p ecreto Municip láusulas e con	ela Lei Federal pal nº 019/2013
Empresa		CNPJ	Represe	ntante		CPF	
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO 1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando: REGISTRO DE PREÇOS, para eventual e futura contratação para				nidade com as stas de preços e co independente os respectivos e outros meios beneficiário do a do Processo e			
Fornecedor:		, ,				Č	
Item Especificação Unidade Marca Quantidade Preço unitário Preço total						Preço total	
CLÁUSULA '	CLÁUSULA TERCEIRA - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS:						

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:

4.1 O objeto, após a assinatura e publicação da ata de registros de preços será fornecido conforme necessidade da Administração, pelo período de 12 meses. A autorização de fornecimento será emitida, nas quantidades necessárias.

A Ata de Registro de Preços terá validade demeses, contados da data de homologação da mesma.

A adjudicatária terá o prazo de 20(vinte) dias a contar do recebimento do Empenho para entrega dos objetos nos locais indicados no empenho/autorização de fornecimento, no âmbito do Município de Três Passos/RS. A Nota Fiscal deverá ser fornecida, com menção do número do empenho e Licitação.

- **4.2** O recebimento do objeto deste certame não exclui a responsabilidade do LICITANTE contratado quanto aos vícios ocultos, ou seja, só manifestados quando da sua normal utilização pelo Município de Três Passos.
- **4.3** Por ocasião da entrega, caso seja detectado que os produtos não atendam as especificações do objeto licitado, poderá a Administração rejeitá-lo, integralmente ou em parte, obrigando-se a LICITANTE a providenciar a substituição do bem não aceito, no prazo máximo de 72 horas.
- **4.4** Os itens a serem entregues deverão ser adequadamente acondicionados, de forma a permitir a completa preservação do mesmo e sua segurança durante o transporte.
 - 1. A nota fiscal/fatura deverá, obrigatoriamente, ser entregue junto com o seu objeto.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO:

- 5.1 O pagamento será efetuado em até 15 dias após a apresentação do documento Fiscal/Fatura correspondente ao objeto contratado, devendo o nº do CNPJ nas Notas Fiscais ou equivalentes, ser o mesmo informado no momento da Habilitação. A nota fiscal/fatura que contiver erro será devolvida à empresa adjudicatária para retificação e reapresentação, interrompendo-se a contagem do prazo para pagamento até a apresentação da nota fiscal/fatura com as correções.
- 5.2 O pagamento somente será efetuado após a entrega da totalidade dos itens adjudicados/solicitados p/ entrega para a empresa, que será efetivado através do pagamento por meio de depósito, em conta-corrente da empresa adjudicatária.
- 5.3 Os valores pagos em atraso, somente serão corrigidos, caso derivar de culpa exclusiva do Município, neste caso, os valores serão corrigidos pelo INPC.
- 5.4 A empresa, para fazer jus ao reequilíbrio financeiro, deverá dispor, quando da proposta ou no prazo de 05 (cinco) dias após o término da fase de lances, planilha de custos a qual deverá evidenciar de forma exata a representatividade de cada custo no valor final do item, por unidade.

CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES:

- **6.1** Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantidas a prévia defesa contraditório, a Administração poderá aplicar à CONTRATADA, as penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 com as alterações as seguintes sanções:
- a) Advertência por escrito, quando a CONTRATADA praticar pequenas irregularidades;
- b) multa de 10% (dez por cento) quando o atraso for superior a 48h, contados da data da solicitação de entrega, configurando-se após esse prazo a inexecução total do contrato/fornecimento, com exceção dos casos fortuitos ou força maior, devidamente comprovado;
- c) A multa a que se refere o item acima incide sobre o <u>valor total do contrato (autorização de fornecimento)</u> e será descontado de Faturas ou créditos existentes ou recolhida em até 5 (cinco) dias úteis na Tesouraria da Prefeitura Municipal, contados da ciência da empresa por carta registrada ou recebimento do *e-mail*, sob pena de inscrição em dívida ativa;
- d) Suspensão temporária de participação em LICITAÇÃO e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- e) Declaração de inidoneidade para LICITAR E CONTRATAR com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- **6.2.** Pela inadequabilidade do(s) objeto(s) ou produto(s) entregue o fornecedor dos objetos sujeitar-se-á a multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor correspondente ao quantitativo rejeitado;
- **6.3.** Pela inexecução total do contrato ou por infração de qualquer outra cláusula contratual não prevista nos subitens anteriores, será aplicada multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato ou da proposta, comutável com as demais sanções, inclusive rescisão contratual se for o caso.
- **6.4.** As penalidades previstas no item anterior não se aplicarão às LICITANTES remanescentes convocadas em virtude da não aceitação da primeira colocada, ressalvado o caso de inadimplemento contratual, após a contratação de qualquer das empresas.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS:

7.1 Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie ou de alteração dos preços, comprovadamente, praticados no



mercado, com a finalidade de manter o equilíbrio econômico e financeiro, com base no art. 65, II, "d" da Lei 8.666/93,

- 7.2 Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados.
- 7.3 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento e documentação comprobatória não puder cumprir o compromisso, o Município poderá:
- a) liberar o fornecedor;
- b) convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação;
- 7.4 O requerimento de que trata o item 7.2 deste Edital deverá comprovar a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações contraídas pela detentora dos preços registrados.
- 7.4.1 A comprovação será feita por meio de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias alusivas à época da proposta e do momento do pedido de revisão dos preços.
- 7.4.2 Junto com o requerimento, a detentora dos preços registrados deverá apresentar planilhas de custos comparativas entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão dos preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor registrado.
- 7.5 O Município, reconhecendo o desequilíbrio econômico-financeiro, procederá a revisão dos preços.
- 7.5.1 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão publicadas no site do Município e no jornal oficial do Município.
- 7.6 É vedado à Detentora dos Preços Registrados interromper o fornecimento enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas neste edital.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO:

Fica eleito o foro da Comarca de Três Passos-RS, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Ata/contratação, renunciando expressamente a qualquer outro mais privilegiado que seja.

•		
	Três Passos/RS., de	de 2023.
	Arlei Luis Tomazoni Prefeito Municipal	
Jurídico:		
Participantes:		